



Exmo. Senhor
Presidente da Comissão Parlamentar
de Orçamento, Finanças e Administração Pública
Assembleia da República
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

E-mail: comissao.5A-COFAPXII@ar.parlamento.pt

2198/2014

2014-11-06

Assunto: Apreciação Pública da proposta de Lei n.º 254/XII (4ª), que aprova o Orçamento de Estado para 2015

Relativamente ao assunto referenciado, o **Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado e Entidades com Fins Públicos (STE)**, organização sindical com sede na Rua Braamcamp, n.º 88 – 2.º Dto., 1269-111 Lisboa, vem expor e requerer o seguinte:

A. A PRETERIÇÃO DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO COLECTIVA ANUAL

1. A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, que entrou em vigor a 01.08.2014, regula, nos seus artigos 350º a 354º, inseridos no Capítulo II, Título II, Parte III, a matéria da 'Negociação colectiva sobre o estatuto dos trabalhadores em funções públicas'.
2. O Governo, de forma inaceitável, tem procurado reconduzir a negociação colectiva anual, ao cumprimento de uma mera formalidade legal, ignorando todas e quaisquer propostas que lhe são submetidas a apreciação pelas organizações sindicais.

Fecha a porta a contributos que temos por válidos, como os que constam da proposta apresentada pela Frente Sindical que o STE coordena, concentrando-se na imposição de medidas e definição de estratégias que, ao invés de partirem da concertação de interesses divergentes, antes se focam no alcance de metas cegas e perversas, com todos os constrangimentos e atropelamentos que daí advêm para os trabalhadores.



3. E à data da celebração da única reunião (14.10.2014), chamada de negocial, já a proposta de Orçamento de Estado para 2015, tinha sido enviado para a Assembleia da República, tendo sido publicada em separata do Diário da Assembleia da República de 17 de Outubro, facto esse propositadamente omitido naquela reunião às organizações sindicais.

Certo é que, ainda que não nos encontrássemos no âmbito de um processo de negociação geral anual, em momento anterior ao envio de quaisquer propostas à Assembleia da República que regulem matérias obrigatoriamente objecto de negociação colectiva, **a lei impõe que estas sejam previamente objecto de negociação com as organizações sindicais.**

O Governo apresentou a presente proposta de Lei à Assembleia da República, preterindo a negociação colectiva prevista no artigo 350º, nº 1, da LTFP e consagrada constitucionalmente no artigo 56º, nº 2, alínea a), da CRP. Esta situação, para além de não contribuir para a obtenção de consenso quanto a matérias de conteúdo essencial para os trabalhadores, consubstancia uma manifesta ilegalidade formal do diploma *sub judice*.

B. A MANUTENÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015 DAS MEDIDAS PENALIZADORAS PARA TRABALHADORES E PENSIONISTAS

4. O Orçamento de Estado para 2015 reproduz diversas normas que constavam já de orçamentos anteriores, orçamentos esses que se encontravam submetidos a restrições e constrangimentos orçamentais impostos pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Certo é que o Governo, desde a assinatura do PAEF, o tomou, desde aí, como suporte justificativo de todas as medidas de austeridade que tem vindo a implementar nos últimos anos, designadamente ao nível dos cortes salariais, servindo ainda de fundamento ao carácter transitório e irrepetível dessas medidas.



Sucede porém, que a vigência deste programa terminou em maio de 2014, não se vislumbrando qualquer sinal que anuncie o fim da aplicação das medidas outrora impostas em seu nome. Antes pelo contrário, o Governo vem agora nesta Proposta de Orçamento de Estado, como se referiu, anunciar que pretende manter muitas dessas medidas implementadas nos orçamentos que vigoraram para os anos precedentes, das quais destacamos as seguintes:

4.1 Subsídio de Natal (artigos 35º, 36º e 37º¹)

Nos termos do disposto no nº 1 do artigo 35º *“Durante o ano de 2015, o subsídio de Natal ou quaisquer prestações correspondentes ao 13.º mês a que tenham direito, nos termos legais, as pessoas a que se refere o n.º 9 do artigo 2.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, é pago mensalmente, por duodécimos”* (negrito nosso).

Também o nº 1 do artigo 36º prevê que *“Os aposentados, reformados e demais pensionistas da CGA, IP, bem como o pessoal na reserva e o desligado do serviço a aguardar aposentação ou reforma, independentemente da data de passagem a essas situações e do valor da sua pensão, têm direito a receber mensalmente, no ano de 2015, a título de subsídio de Natal, um valor correspondente a 1/12 da pensão que lhes couber nesse mês”* (negrito nosso).

Por último, prevê-se ainda no nº 1 do artigo 37º que *“o pagamento do montante adicional das pensões de invalidez, velhice e sobrevivência, atribuídas pelo sistema de segurança social, referente ao mês de Dezembro, é realizado em duodécimos”* (negrito nosso).

Após a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 21º e 25º, da Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2012), que determinavam a suspensão dos subsídios de férias e de Natal ou equivalentes para os trabalhadores, aposentados e reformados, pelo Acórdão do Tribunal Constitucional nº 353/2012, o Governo tem

¹

Os artigos do presente parecer sem indicação do diploma a que se referem, dizem respeito à proposta de Lei n.º 254/XII (4ª), que aprova o Orçamento de Estado para 2015.



determinado, ano após ano, o pagamento do subsídio de Natal em duodécimos (artigo 28º do Orçamento de Estado para 2013, aprovado pela Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro e artigo 35º do Orçamento de Estado para 2014, aprovado pela Lei nº 83-C/2013, de 31 de Dezembro). Assim, **mantém-se suspenso em 2015 o disposto no nº 1 do artigo 151º, da LTFP, onde se determina que o subsídio de Natal deve ser pago no mês de Novembro de cada ano, sem que se consiga avançar com uma justificação para a perpetuação de tal medida.**

4.2 Valorizações remuneratórias (artigo 38º)

Mantêm-se congeladas em 2015, para a generalidade dos trabalhadores, as valorizações remuneratórias, negando-se assim o direito à carreira à generalidade dos trabalhadores.

Quanto às excepções enunciadas neste artigo, cumpre tecer as seguintes considerações:

- (i) **Por um lado**, parece-nos aberrante que se preveja, no seio destas excepções, a possibilidade de existirem valorizações remuneratórias que escapem à publicação em Diário da República (nº 8, alínea a.), comprometendo-se seriamente a 'Introdução de Transparência na Política Remuneratória' que o Governo apregoa na pág. 58 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015.
- (ii) **Por outro lado**, prevê-se ainda que, para quem não venha a beneficiar das referidas excepções, o tempo de serviço prestado durante a vigência deste artigo não seja contado para efeitos de promoção e progressão, bem como para efeitos de mudança de posição remuneratória ou categoria nos casos em que estas apenas dependam do decurso de determinado período de prestação de serviço legalmente estabelecida para o efeito (nº 13). **Também por este motivo estamos na presença de uma norma discriminatória sem qualquer justificação.**

4.3 Subsídio de refeição (artigo 43º)

Do disposto no artigo 43º resulta que o subsídio de refeição se manterá em € 4,27 no ano de 2015, sendo certo que este é um montante que não sofre qualquer



atualização desde 2009. Ao não acompanhar sequer o aumento da inflação nos últimos 5 anos, o congelamento do montante atribuído a título de subsídio de refeição traduz-se num efectivo empobrecimento dos trabalhadores.

4.4 Retribuição do trabalho suplementar (artigo 45º)

Determina-se no artigo 45º que durante o ano de 2015 e para os trabalhadores cujo horário de trabalho não exceda sete horas por dia nem trinta e cinco horas por semana o pagamento do trabalho suplementar, nos seguintes moldes: **12,5%** da remuneração na primeira hora, **18,75%** nas horas ou fracções seguintes e **25%** em caso de trabalho prestado em dia de descanso semanal ou em dia feriado.

Ora, importa comparar **este preceito com o disposto no artigo 162º da LTFP**, segundo o qual, o pagamento do trabalho suplementar é feito nos seguintes termos: **25%** da remuneração na primeira hora, **37,5%** nas horas ou fracções seguintes e **50%** em caso de trabalho prestado em dia de descanso semanal ou em dia feriado.

Daqui resulta uma **injustificável diferenciação entre os trabalhadores**, em função do horário de trabalho praticado. Encontram-se nesta situação, por um lado, os trabalhadores que praticam jornada contínua, modalidade de horário de trabalho com previsão legal e que procura proteger os trabalhadores que se encontram em determinadas situações discriminadas na lei, e, por outro lado, os trabalhadores que, por conveniência do serviço, são abrangidos por acordos colectivos de trabalho celebrados pelos seus empregadores e que regulam períodos normais de trabalho inferiores aos previstos na lei.

Por outro lado, considerando que os trabalhadores que praticam jornada contínua são aqueles que, grosso modo, estão dispensados de prestação de trabalho suplementar (cfr. artigos 59º, 88º e 90º, nº 6 do Código do Trabalho por remissão do artigo 4º, nº 1, alíneas d) a g), da LTFP), então parece-nos que **esta norma surge no orçamento de estado como retaliação contra os Empregadores Públicos que celebraram acordos colectivos de trabalho com as organizações sindicais, com vista à regulação, entre outras matérias, de um período normal de trabalho inferior ao previsto na lei.**



O Governo não pode esquecer, que, no Acórdão do Tribunal Constitucional que se pronunciou pela constitucionalidade da norma que fixou o período normal de trabalho em 8 horas diárias e 40 horas semanais, também se deixou claro que *“o período normal de trabalho de referência estabelecido no artigo 2.º, n.º 1, da Lei n.º 68/2013 corresponde a um período máximo de duração do trabalho, que pode ser reduzido, quer por lei especial nova, quer por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho posterior àquela Lei (quer, ainda, nos termos do n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 259/98)”*.

Encontra-se assim manifestamente violado o princípio constitucionalmente consagrado no artigo 59º, nº 1, da CRP, nos termos do qual, **‘para trabalho igual salário igual’** (no mesmo sentido v. artigo 23º, nº 2 da Declaração Universal dos Direitos do Homem). Esta norma confere um direito fundamental aos trabalhadores que se cifra em eles, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, serem retribuídos pelo seu trabalho segundo a quantidade, natureza e qualidade, observando-se o princípio de que para trabalho igual salário igual. Consagra-se assim o direito fundamental a uma justa remuneração.

Este princípio está ancorado no princípio, mais amplo, da igualdade, consignado no artigo 13º da CRP e, dada a sua natureza, não obstante a respectiva inserção no Título III, postula não só uma natureza negativa (no sentido de proibição da respectiva violação), como ainda uma aplicabilidade directa em moldes similares aos direitos, liberdades e garantias incluídos nos Títulos I e II da sua Parte I, impondo-se a sua aplicação e vinculação às entidades públicas e privadas, como comanda o nº 1 do artigo 18º da CRP².

Conforme referido no Acórdão n.º 584/98 do Tribunal Constitucional: *“A norma constitucional em apreço contempla pois um princípio da igualdade ou justiça material no domínio do direito do trabalho”*.

²

Neste sentido, o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 21.10.2009, processo nº 838/05.2TTCBR.C1.S1 (in www.dgsi.pt)



Como ensina JORGE MIRANDA³, a propósito do referido artigo 59º, nº 1 da CRP:

“O preceito, no quadro do sistema constitucional português, não pode deixar de ser lido em conjugação com o artigo 13.º da Constituição. Por isso, à luz do princípio constitucional da igualdade, o essencial reside na proibição de diferenciações injustificadas.”

De facto, a CRP não veda o estabelecimento de diferenciações. Todavia não havendo fundamento material que suporte a distinção, esta encontra-se constitucionalmente interdita. Conforme tem sido afirmado, reiteradamente, na jurisprudência produzida pelo Tribunal Constitucional: **“A igualdade só proíbe discriminações quando estas se afigurem destituídas de fundamento racional”** (negrito nosso) – neste sentido, entre outros, os Acórdãos do Tribunal Constitucional n.ºs 39/88, 186/90, 187/90, 188/90, 180/99, in www.tribunalconstitucional.pt.

Não existe qualquer fundamento racional para a diferenciação imposta neste artigo 45º da Lei do Orçamento de Estado para 2015 no que respeita à remuneração do trabalho suplementar e que se traduz numa injustificada redução remuneratória apenas imposta para alguns trabalhadores. Sendo o trabalho suplementar prestado em quantidade, natureza e qualidade idênticas, é de natureza discriminatória, não tendo qualquer razão que suporte, a medida que determina uma penalização de 50% da retribuição prestada a esse título apenas porque o trabalhador, como já se referiu, pratica um período normal de trabalho inferior ao normal mas que a própria lei admite.

4.5 Congelamento do valor nominal das pensões (artigo 116º)

Nos termos do disposto nesta previsão legal, **as pensões** (incluindo as pensões mínimas do regime contributivo a partir do 2º escalão de Segurança Social e do 3º escalão da CGA) **não vão ser objecto de qualquer aumento, pelo 5º ano consecutivo,**

³ Cfr. JORGE MIRANDA, *Constituição Portuguesa Anotada*, Tomo I, Coimbra Editora, 2005, pág. 596.



visto que a última actualização se deu em 2010. Regista-se assim uma diminuição do poder de compra de 0,7% para o próximo ano, face à taxa de inflação prevista.

C. AS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015

5. O Orçamento de Estado para 2015 introduz algumas inovações face aos orçamentos de estado dos anos precedentes, das quais destacamos as seguintes:

5.1 Sobretaxa em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e crédito fiscal (artigo 177º)

No que a este 'imposto extraordinário' diz respeito, e ao contrário do que seria expectável, nada mudará em 2015. Decorre do artigo 177º que a sobretaxa irá manter-se nos 3,5% e a retenção na fonte irá operar em termos análogos aos de 2014. A novidade reside na **introdução de um crédito fiscal** que poderá *"desagrarar, parcial ou totalmente a colecta da sobretaxa referente ao ano de 2015"* – cfr. pág. 54 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015.

Mais avança o Governo no Relatório do Orçamento de Estado para 2015 que *"A criação deste crédito fiscal servirá para desagrarar a carga fiscal incidente sobre as famílias portuguesas, e também como um estímulo ao combate à fraude e evasão fiscais, na medida em que o montante do crédito depende directamente da execução da receita prevista para o IRS e para o IVA"* – cfr. pág. 54 do Relatório do Orçamento de Estado para 2014.

Assim, o Governo assenta a criação deste crédito fiscal em dois fundamentos:

- (i) Desagravamento da carga fiscal sobre as famílias portuguesas;
- (ii) Estímulo ao combate à fraude e evasões fiscais.

Estes argumentos são enganadores e falaciosos. Senão vejamos:

- a. Em primeiro lugar, ao manter a sobretaxa de IRS no Orçamento de Estado para 2015, o Governo reconhece *"que o exercício de redução estrutural da despesa pública não teve, nem a rapidez, nem a magnitude e, portanto, o sucesso,*



*que eram estritamente essenciais ao sucesso do programa de ajustamento*⁴
(negrito nosso).

- b. Em segundo lugar, cumpre referir que este desagravamento está directamente dependente das receitas em sede de IVA e de IRS, uma vez que a fórmula de cálculo do crédito fiscal considera a diferença entre a soma das receitas do IRS e do IVA efectivamente cobradas (e apuradas na síntese de execução orçamental de Dezembro de 2015) e a soma da receita agora estimada para o conjunto do ano. Assim, **o desagravamento do imposto depende das receitas de IRS e IVA serem superiores às estimadas**. Na prática, isto significa que o crédito fiscal apenas será aplicado se a receita daqueles impostos em 2015 ficar acima das previsões inscritas no Orçamento do Estado.

Fosse intenção do Governo desagravar ou eliminar este imposto extraordinário, tê-lo-ia feito de forma clara, sem deixar margem para quaisquer dúvidas. Ao contrário, esta medida pretende fazer criar a ilusão de que os seus efeitos não resultarão das opções estratégicas tomadas por um Governo que, sem qualquer pudor, faz depender da sorte ou do azar, as responsabilidades que assumiu perante os portugueses. Na verdade, ainda que se admita imprevisível o desfecho deste capítulo, certo é que o Governo sabe, que as metas que definiu para a materialização deste crédito fiscal, dificilmente serão alcançadas em 2015.

- c. Em terceiro lugar, aquilo que de imediato decorre desta opção do Governo é que, **mais uma vez, e ao contrário do que anuncia, decide adiar o alívio da carga fiscal das famílias portuguesas**. Na verdade, ainda que venha a verificar-se o desagravamento total ou parcial do imposto cobrado em 2015, certo é que apenas se efectivará ou far-se-á sentir em 2016, uma vez que o crédito fiscal apenas ocorrerá na liquidação anual de IRS a efectuar em 2016, após a entrega das declarações Modelo 3 de 2015. Assim, o crédito fiscal não terá impacto directo no rendimento mensal dos agregados familiares.

- d. Por último, também não podemos deixar de constatar que o Governo decide manter a sobretaxa de IRS e diminuir a taxa de IRC para os 21% (artigo 178º altera o artigo 87º, nº 1, do Código do IRC). Desta opção decorre a inequívoca manutenção do benefício dado pelo Governo aos beneficiários do IRC (cuja taxa nominal, mantendo o rumo traçado em 2013, é agora reduzida em dois pontos percentuais).

É aos trabalhadores, às famílias portuguesas, a quem o Governo não se cansa de exigir continuados sacrifícios. Por outro lado, mais penosa se revela ainda esta opção para os trabalhadores do Estado que, a par da sobretaxa, com a aprovação da Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro, continuam a suportar os cortes directos nos seus vencimentos.

Este mecanismo *sui generis* encontrado pelo Governo faz lembrar um verdadeiro produto tóxico que o contribuinte foi obrigado a subscrever.

Por último, ainda a propósito desta questão, não podemos ainda deixar de constatar a evolução ascendente particularmente notória em sede de IRS, visto que o peso da receita deste imposto deverá ser de 21,1% na carga fiscal em 2015 (+4,7 p.p. face a 2010) com destaque para um acréscimo de 4 200 milhões de euros e de um crescimento em torno de 47% em termos homólogos, devido sobretudo à forte subida registada em 2013 (cfr. Quadro nº 1 *infra*).

Quadro 1 – Receita Pública em contabilidade nacional (Em % do PIB)

RECEITA PÚBLICA	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2015-2010
	INE				OE-2015		Em p.p. do PIB
RECEITAS TOTAIS	40,6%	42,6%	43,0%	45,2%	44,5%	44,6%	3,9
Receitas correntes	39,4%	41,5%	41,2%	44,2%	43,5%	43,6%	4,2
Receita Fiscal	21,7%	23,3%	22,7%	25,1%	24,7%	25,3%	3,6
Impostos sobre a Produção e Importação	13,2%	13,9%	13,8%	13,7%	13,9%	14,6%	1,4
Impostos sobre o Rendimento e Património	8,5%	9,5%	8,9%	11,3%	10,8%	10,7%	2,3
Contribuições para Fundos da Segurança Social	11,9%	12,0%	11,5%	11,9%	11,8%	11,7%	-0,2
Das quais: Contribuições Sociais Efetivas	8,6%	8,9%	8,6%	8,7%	·	·	·
Vendas	3,7%	3,6%	3,9%	4,0%	3,9%	3,8%	0,1
Outras Receitas Correntes	2,2%	2,5%	3,1%	3,2%	3,1%	2,8%	0,7
Receitas de capital	1,3%	1,1%	1,8%	1,0%	1,0%	1,0%	-0,3

Para se ter uma real perspectiva da brutal subida do IRS, basta mencionar que, só até Setembro de 2014, esta receita aumentou 939 milhões de euros face ao período homólogo (+11%). Representa assim, metade da subida da receita fiscal do Estado (cfr. Gráficos nºs. 1 e 2 *infra*).

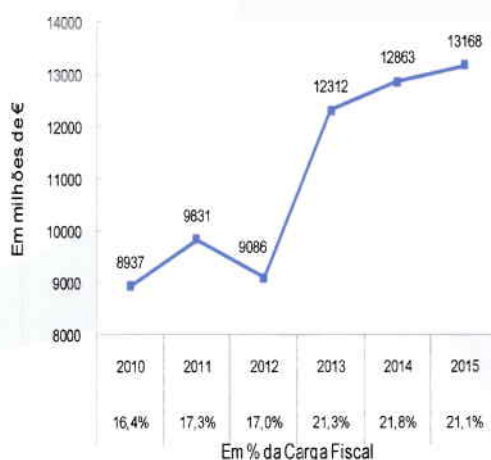
Esta evolução é perfeitamente elucidativa do peso excessivo do IRS nos salários e nas pensões em Portugal revelando a necessidade premente de inverter esta situação.

Gráfico 1 - Impostos s/Rendimento e Património (Imp. Diretos) e s/Produção e Importação (Imp. Indiretos) (Em % da Carga Fiscal)



Fontes: INE até 2013. OE-2015 e UTAO p/2014 e 2015. Nota: **Carga Fiscal** = Receita fiscal (Impostos Diretos e Indiretos) + Contribuições Sociais Efetivas + Impostos s/Capital.

Gráfico 2 – Receitas do IRS



Fontes: CGE até 2013. OE-2015 e UTAO p/2014 e 2015.



5.2 ADSE (artigo 243º, alínea f.)

A alínea f) do artigo 243º da Proposta de Orçamento de Estado para 2015 revoga o artigo 47º-A do Decreto-Lei nº 118/83, de 25 de Fevereiro, onde se previa que as entidades empregadoras pagavam *“uma contribuição de 1,25% das remunerações (...) dos respectivos trabalhadores que sejam beneficiários titulares da ADSE”*.

Assim, os Empregadores Públicos deixam de contribuir para a ADSE, segundo a versão preliminar do Orçamento de Estado.

O Governo já tinha sinalizado que no futuro seriam apenas os beneficiários da ADSE (funcionários públicos e pensionistas do Estado) a suportar o subsistema de saúde, com o aumento da contribuição de 1,5% para 3,5% entre 2013 e 2014, e não dá o passo seguinte de atribuir aos trabalhadores, através das suas estruturas representativas a participação efectiva no sistema de gestão da ADSE.

D. RELATÓRIO DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2015

6.1 Prestações de desemprego e de apoio ao emprego (página 99 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015)

No que concerne às prestações de desemprego e de apoio ao emprego, prevê-se no Relatório do Orçamento de Estado para 2015, uma despesa na ordem dos 2.063,7 milhões de euros em 2015, o que evidencia uma redução de 10,6% relativamente à previsão de execução para 2014.

Naquilo que são as suas opções orçamentais para 2015, o Governo deixa claro que a *“continuação da recuperação económica terá particular incidência no aumento da receita de contribuições sociais e na redução da despesa com prestações de desemprego”* (negrito nosso) – página 96 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015.



6.2 Integração de carreiras na Tabela Remuneratória Única e nova Tabela de Suplementos (página 58 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015)

Com a Lei nº 75/2014, de 12 de Setembro, o Governo veio estabelecer pela primeira vez em diploma que não o Orçamento de Estado, os mecanismos das reduções remuneratórias temporárias e as condições da sua reversão.

Admitindo, por mera hipótese, que a plurianualidade das medidas de redução orçamental inscritas nos sucessivos orçamentos dos últimos anos eventualmente justificaria o seu carácter transitório, dado que a sua renovação estava sempre dependente da Lei do Orçamento de Estado para cada ano subsequente, **a verdade é que com a implementação do artigo 2º da Lei nº 75/2014, o Governo pretende que isso deixe de se verificar, ou seja, que o corte salarial seja definitivo.**

Este carácter definitivo também resulta do facto de se alterar o acto legislativo que impõe a redução, deixando de estar prevista na Lei do orçamento de estado, com vigência delimitada logo à partida de um ano, para passar a integrar uma lei cuja vigência pode manter-se indefinidamente.

Acresce ainda que não só não estamos na presença de uma redução delimitada por um curto espaço de tempo (período de vigência do orçamento de estado) que permite, ano a ano, aferir da sua conformidade com as normas constitucionais, como, por outro lado, nada impede que essas mesmas reduções remuneratórias possam perdurar por tempo indeterminado, ao sabor da vontade e conveniência das políticas do Governo, de afectação de recursos que o mesmo decide, tornando impossível perceber, a cada momento, quais as disponibilidades orçamentais.

A verdade é que com esta Lei continuarão a ser os funcionários públicos os mais fortemente penalizados, na medida em que continuam a ter que suportar um corte de 80% face ao ano de 2014, sem qualquer previsão do fim de medidas que sempre o Governo anunciou como provisórias.



6.3 Rendimento Social de Inserção e Complemento Social para Idosos (página 99 do Relatório do Orçamento de Estado para 2015)

Também o Rendimento Social de Inserção e o Complemento Social para Idosos, de acordo com o Relatório do Orçamento de Estado para 2015, vão sofrer uma redução de 2,8% e 6,7%, respectivamente.

Este Orçamento de Estado ignora os **princípios da segurança jurídica da tutela da confiança**, princípios esses ínsitos e próprios de um Estado de Direito, constitucionalmente consagrados no artigo 2º da CRP.

Com efeito, a **estabilidade das soluções e a inerente previsibilidade de condutas** constituem valores essenciais de um Estado de Direito que assenta, naturalmente, numa certa permanência ou durabilidade da ordem jurídica, uma vez que a instabilidade associada à permanente alteração do *status quo*, coloca em causa os valores da confiança e da segurança jurídicas.

Neste ponto, a jurisprudência do Tribunal Constitucional considera que *“o princípio da confiança garante inequivocamente um mínimo de certeza e segurança das pessoas quanto aos direitos e expectativas legitimamente criadas no desenvolvimento das relações jurídico-privadas, podendo afirmar-se que, com base em tal princípio, não é consentida uma norma tal que afete de forma inadmissível, intolerável, arbitrária ou desproporcionadamente onerosa aqueles mínimos de segurança que as pessoas, a comunidade e o direito têm de respeitar.”* (sublinhado nosso) – Acórdão do Tribunal Constitucional nº 363/92, de 11.12.1992, processo 91-0283.

Também neste sentido, o Tribunal Constitucional já teve oportunidade de se pronunciar e deixar bem claro que *“... o dever de manter o sistema mais favorável para os trabalhadores deveria ser preocupação do Estado, cumprindo normas e princípios constitucionais sem nunca bulir com esferas patrimoniais assentes em legítimas expectativas de muitos anos.”* (negrito nosso) – cfr. Acórdão do Tribunal Constitucional nº 3/2010, D.R., II Série, 02.02.2010.

Assim, e em bom rigor, podemos falar em “retrocesso social” quando tenha havido diminuição ou afectação por alguma norma de qualquer direito adquirido em termos de geral violação do princípio da protecção da confiança ou de segurança dos cidadãos no âmbito económico, social e cultural.” (vd. Acórdão do Tribunal Constitucional nº 101/92, in Acórdãos do Tribunal Constitucional, vol. 21, pág. 349 ss).



A tutela da segurança e a protecção da confiança impede, ainda, que sejam apresentadas soluções excessivas, intoleráveis e inadmissíveis, que lesem as expectativas legítimas que os particulares depositavam na continuidade da ordem jurídica e na sua previsibilidade.

Ora, das disposições enunciadas resulta claro o retrocesso social, uma vez que a proposta de Orçamento de Estado, contém medidas que são desproporcionalmente lesivas dos interesses e tutela da confiança dos trabalhadores e aposentados. Mais uma vez, a austeridade é só para alguns, sem que daí resulte benefício para o país.

Em resumo este é um Orçamento de Estado que aposta em mais do mesmo.

Austeridade sem fim à vista!

Com os melhores cumprimentos.

Pela Direcção

(Maria Helena Rodrigues)

MHR/SPP